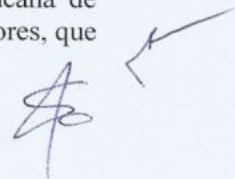


Ata da 15ª Reunião Ordinária do **Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.**

1 Aos nove dias do mês de junho de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos,
2 na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sexto andar, sala seiscentos e vinte do
3 Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o Conselho Gestor
4 do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias
5 Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença dos Conselheiros:
6 Augusto Wagner Padilha Martins (MI/SIH) - Coordenador do Conselho, José Luiz de
7 Souza (MI/SIH) – Coordenador substituto, Renato Dalla Lana (MME/SEE), Júlio
8 Thadeu Silva Kettelhut (MMA/SRHU), José Cruz Filho (Casa Civil/PR), César
9 Augusto Pinheiro (Estado do Ceará/Cogerh), Francisco José Coelho Teixeira (Estado
10 do Ceará/ Cogerh), João Azevedo Lins Filho (Estado da Paraíba /SERHMACT),
11 Guarany Marques Viana (Estado da Paraíba /SERHMACT), e participantes conforme
12 lista de presença anexa. Constatada a existência de *quorum* regimental, o Coordenador,
13 **Augusto Wagner Padilha Martins** deu boas vindas a todos e iniciou a reunião
14 destacando o papel relevante deste Conselho tendo em vista as necessidades de
15 definições que caberão à ele nesta fase do Projeto. Como primeiro ponto de pauta foi
16 posta em discussão a ata da reunião anterior sendo esta aprovada por unanimidade.
17 Seguindo, os representantes do Estado do Ceará trouxeram ao conhecimento dos
18 conselheiros o Cinturão de Águas do Ceará (CAC). O Secretário **César Pinheiro**, o
19 Presidente da Cogerh, **Francisco Teixeira** e **Samuel Dias** detalharam o Projeto
20 Cinturão das Águas destacando seus objetivos que consistem em aumentar a
21 capilaridade da vazão oriunda do rio São Francisco no Estado do Ceará e aumentar os
22 ganhos sinérgicos pelo incremento do potencial de armazenamento das vazões
23 recebidas, tendo em vista a regra de operação da outorga. O que se pretende é fazer
24 chegar a vazão recebida diretamente na região do Cariri (importante pólo econômico
25 com potenciais problemas hídricos), eliminando a necessidade de projeto de adução
26 específico e possibilitar o armazenamento das vazões transpostas máximas também no
27 açude Orós (incremento da sinergia). O custo de implantação do trecho I do CAC é
28 aproximadamente equivalente ao custo do trecho III do PISF (conforme sua concepção
29 original); o trecho I do CAC permite, além da postergação das obras do trecho III, a
30 otimização das vazões aduzidas nesse trecho e, conseqüentemente, a diminuição dos
31 seus custos de implantação em etapa futura. Discutido o CAC e dados os devidos
32 esclarecimentos, **Francisco Viana** lembrou que é necessário o envio à Agência
33 Nacional de Águas (ANA) do pedido de alteração na outorga, isto é necessário tendo
34 em vista a modificação na vazão em detrimento do CAC. O conselheiro **César**
35 **Augusto Pinheiro** informou que providenciará o documento a ser encaminhado para a
36 ANA. Prosseguindo, o Coordenador concedeu a palavra ao conselheiro **José Luiz de**
37 **Souza**, que na condição de secretário executivo deste Conselho Gestor trouxe ao
38 conhecimento de todos a necessidade do pedido de prorrogação do prazo da outorga
39 concedida ao PISF. José Luiz deixou claro que é necessário engajamento maior por
40 parte dos representantes estaduais quanto à elaboração deste pedido tendo em vista a
41 necessidade de robustecer o documento com as informações da situação da gestão e
42 obras nos estados. É necessário realizar um trabalho conjunto para que a ANA esteja
43 segura ao conceder a autorização para prorrogação do pedido. O Coordenador lembrou
44 que o MI está em dia com os pagamentos da outorga e ressaltou que a Codevasf
45 também. Em seguida, como último ponto da pauta, foi concedida a palavra ao senhor
46 **Marcelo Asfora**, Diretor da APAC, que representando o Estado de Pernambuco
47 informou sobre os avanços que estão sendo realizados pelo seu estado para recepção
48 das águas do PISF. Marcelo Asfora citou a criação da Agência Pernambucana de
49 Águas e Clima (APAC), e a realização de concurso para contratação de servidores, que



50 já tomaram posse neste mês de junho. Falou ainda sobre a situação dos açudes
51 localizados em Pernambuco, que inclusive alguns receberão águas do PISF, sobre a
52 estrutura que está sendo articulada para a realização da cobrança pelo uso da água e
53 por fim destacou alguns pontos sobre a Adutora do Agreste onde os projetos já estão
54 em fase de execução e meados do ano que vem alguns lotes estarão concluídos. Em
55 seguida fez uso da palavra o senhor **Elias Alves Teixeira** representando o Rio Grande
56 do Norte que explanou a estrutura do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio
57 Grande do Norte (IGARN), solicitou que os documentos deste conselho que forem
58 encaminhados aos secretários estaduais sejam encaminhados também aos órgãos
59 gestores, para conhecimento e eventuais providências e por fim lembrou a necessidade
60 de realização de reunião de representante do MI com a Governadora do Rio Grande do
61 Norte para tratar de assuntos relacionados ao PISF. Em seguida, **José Luiz de Souza**
62 solicitou aos representantes estaduais que nas próximas reuniões do conselho tragam a
63 evolução, a situação das obras e arranjos locais que estão sendo realizados nos estados
64 para receber as águas advindas do PISF. O coordenador informou a todos que existem
65 diversos temas prioritários que devem ser discutidos tecnicamente para se avançar com
66 vistas à implementação da Gestão. Dentre estes temas estão: definição da Operadora
67 Federal para o PISF, possível alteração de traçado do túnel Monteiro, delegação da
68 Operação e manutenção dos açudes, preços e tarifas e diretrizes para elaboração do
69 Plano de Gestão Anual. O objetivo é discutir com todos os atores envolvidos com o
70 PISF todos os temas e posteriormente apresentar os resultados para discussão e tomada
71 de decisão no âmbito do Conselho Gestor. **Encaminhamentos:** Representantes
72 estaduais enviarem com a máxima celeridade informações para inserir no pedido de
73 prorrogação de outorga à ANA. Juntamente com os estados, dar andamento às ações
74 para elaboração dos cronogramas das obras de distribuição da água bruta nos estados
75 com a conclusão dos eixos. Realizar as reuniões técnicas sistematicamente conforme
76 agenda proposta intercalando com reuniões ordinárias deste Conselho, sendo a
77 primeira para dezenove de julho deste ano. Na próxima reunião ordinária o estado da
78 Paraíba apresentará seu plano de distribuição das águas do PISF no estado e seu
79 arcabouço institucional para a gestão das águas. Depois de esclarecidas as dúvidas e
80 ouvidas sugestões dos conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não
81 havendo mais manifestações, o Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou
82 a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que aprovada, será
83 assinada pelos conselheiros presentes nesta data de 3 de agosto de 2011.


Augusto Wagner Padilha Martins - Titular

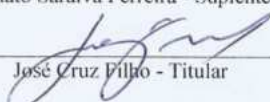

José Luiz de Souza - Suplente

Renato Dalla Lana - Titular

Guilherme Silva de Godói - Suplente

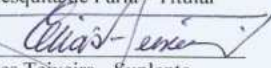

Julio Thadeu Silva Kettelhut - Titular

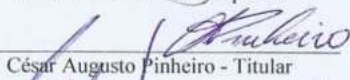
Renato Saraiva Ferreira - Suplente


José Cruz Filho - Titular


Erico Leonardo Ribas Feltrin - Suplente

Robinson Mesquita de Faria - Titular


Elias Alves Teixeira - Suplente


César Augusto Pinheiro - Titular


Francisco José Coelho Teixeira - Suplente


João Azevedo Lins Filho - Titular


Guarany Marques Viana - Suplente

João Bosco de Almeida - Titular

José Almir Cirilo - Suplente